



# Campos de Saberes da História da Educação no Brasil 2

Denise Pereira  
(Organizadora)

**Denise Pereira**

(Organizadora)

# Campos de Saberes da História da Educação no Brasil 2

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Karine de Lima  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

| <b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)<br/>(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b> |   |
|---|---|
| C198  | Campos de saberes da história da educação no Brasil 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Campos dos Saberes da História da Educação no Brasil; v. 2)<br><br>Formato: PDF<br>Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader<br>Modo de acesso: World Wide Web<br>Inclui bibliografia<br>ISBN 978-85-7247-455-9<br>DOI 10.22533/at.ed.559190507<br><br>1. Educação – Brasil – História. I. Pereira, Denise. II. Série.<br><br>CDD 370 |
| <b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>   |   |

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

O estudo da História da Educação sempre será muito importante para ajudar a compreender o modelo educacional que possuímos hoje, entender os possíveis erros que ocorreram de forma que possamos preveni-los e evitá-los.

Para se compreender o presente e planejar o futuro é necessário entender o passado, que neste caso é a História da Educação.

Tudo é história e tudo tem história. No processo educacional isso é ainda mais presente.

Os pesquisadores tem se interessado em compreender as ações de educação contidas na sociedade com suas diversas formas e esferas de intervenção.

Outros estudos vão de encontro com o sentido de captar as especificidades da formação e do desenvolvimento institucional observando como este modelo se articula se ao processo da construção da identidade brasileira.

Deste modo, a Editora Atena, realiza uma edição, dirigida especialmente a quem deseja compreender os diversos Campos dos Saberes da História da Educação no Brasil, acolhe neste e-book a proposta de responder no meio de tantas questões que surgem do debate de compreender a educação no Brasil.

Aqui, os diversos autores investigam as questões diversas destes campos dos saberes, tais como: a arte, a cultura, a história, novas metodologias, identidade brasileira, políticas educacionais, entre outras.

Espero que essas leituras possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas pesquisas.

Boa leitura!

Denise Pereira

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>CAPÍTULO 1</b> .....   | <b>1</b>  |
| O BORDADO NA PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA                                |           |
| Isabella Brandão Lara<br>Ana Maria de Oliveira Galvão   |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.5591905071</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 2</b> .....   | <b>13</b> |
| ENSINO A DISTÂNCIA NO BRASIL: HISTÓRIA E LEGISLAÇÃO   |           |
| Bruna Carvalho  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.5591905072</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 3</b> .....   | <b>25</b> |
| A ANPUH-SP E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PAULISTAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA: DIÁLOGOS                              |           |
| Ana Paula Giavara   |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.5591905073</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 4</b> .....   | <b>39</b> |
| DIFERENTES CENÁRIOS: UM ESTUDO SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA NA ESCOLA PÚBLICA DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS – AL           |           |
| Dehon da Silva Cavalcante   |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.5591905074</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 5</b> .....   | <b>52</b> |
| ENSINO DE HISTÓRIA EM MUSEUS: A EXPERIÊNCIA DA MEDIAÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES                                |           |
| Priscila Lopes d’Avila Borges   |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.5591905075</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 6</b> .....   | <b>61</b> |
| O PROCESSO INQUISITORIAL 8064 À LUZ DA MICRO-HISTÓRIA   |           |
| Guilherme Marchiori de Assis  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.5591905076</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 7</b> .....   | <b>71</b> |
| OS PRONTUÁRIOS MÉDICOS COMO FONTE PARA A HISTÓRIA: O CASO DO <i>LEPROSÁRIO</i> CEARENSE ANTÔNIO DIOGO (1928-1939) |           |
| Francisca Gabriela Bandeira Pinheiro  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.5591905077</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 8</b> .....   | <b>82</b> |
| PATRIMÔNIO CULTURAL E ENSINO DE HISTÓRIA: O ESTUDO DO MEIO COMO PRÁTICA PARA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL                 |           |
| Marcos Rafael da Silva<br>Tathianni Cristini da Silva   |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.5591905078</b>  |           |

|  |            |
|--|------------|
| <b>CAPÍTULO 9</b> .....  | <b>92</b>  |
| DIÁLOGOS POSSÍVEIS PARA A (RE)INTERPRETAÇÃO DA CULTURA MATERIAL DOS MUSEUS   |            |
| <a href="#">Wagner Lucas Pereira</a>   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.5591905079</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 10</b> .....   | <b>101</b> |
| O MITO LUSITANO DO LICANTROPO E SUA HERANÇA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO  |            |
| <a href="#">Maximiliano Ruste Paulino Corrêa</a>   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.55919050710</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 11</b> .....   | <b>111</b> |
| A FALA COMO APRENDIZADO NAS PRÁTICAS DA LIGA CAMPONESA DO ENGENHO GALILÉIA   |            |
| <a href="#">Reginaldo José da Silva</a>  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.55919050711</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 12</b> .....   | <b>124</b> |
| A INFLUÊNCIA DOS TUTORES NA EDUCAÇÃO DE ÓRFÃOS EM MARIANA (1790-1822)  |            |
| <a href="#">Leandro Silva de Paula</a>   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.55919050712</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 13</b> .....   | <b>131</b> |
| A LEITURA DAS ATAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ (1964 – 1985)   |            |
| <a href="#">Flávio William Brito Matos</a>   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.55919050713</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 14</b> .....   | <b>142</b> |
| O CONSELHO DE INTENDÊNCIA DO SERRO/MG E A INSTRUÇÃO PÚBLICA DA REPÚBLICA, DE 1890 A 1892   |            |
| <a href="#">Danilo Arnaldo Briskievicz</a>   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.55919050714</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 15</b> .....   | <b>155</b> |
| A POLÍTICA DE INCENTIVO ÀS MANUFATURAS TÊXTEIS EM PORTUGAL SÉCULO XVII: DOS DISCURSOS DE DUARTE RIBEIRO DE MACEDO À GESTÃO DO 3º CONDE DA ERICEIRA |            |
| <a href="#">Alex Faverzani da Luz</a>  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.55919050715</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 16</b> .....   | <b>172</b> |
| AS RECORDAÇÕES IMPERTINENTES DE ISAÍAS CAMINHA: RELAÇÕES ENTRE HISTÓRIA, AUTOBIOGRAFIA E LITERATURA NA PRODUÇÃO DO ESCRITOR LIMA BARRETO           |            |
| <a href="#">Carlos Alberto Machado Noronha</a>   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.55919050716</b>  |            |

|   |            |
|---|------------|
| <b>CAPÍTULO 17</b> .....  | <b>181</b> |
| A PROCESSUALIDADE DE UMA POLÍTICA COOPERATIVA NA FORMAÇÃO DE ESTUDANTES SURDOS NO ENSINO SUPERIOR                   |            |
| Euluze Rodrigues da Costa Junior  |            |
| Reginaldo Célio Sobrinho  |            |
| Edson Pantaleão   |            |
| Giselle Lemos Shmidel Kaustsky  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.55919050717</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 18</b> .....  | <b>190</b> |
| CONHECIMENTOS SOBRE A APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA: BASE PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA         |            |
| Giselle Lemos Schmidel Kautsky  |            |
| Reginaldo Celio Sobrinho  |            |
| Edson Pantaleão Alves   |            |
| Euluze Rodrigues da Costa Junior  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.55919050718</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 19</b> .....  | <b>199</b> |
| DIREITOS SOCIAIS E AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA FIGURACIONAL DE NORBERT ELIAS                |            |
| Monica Isabel Carleti Cunha   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.55919050719</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 20</b> .....  | <b>210</b> |
| CENTROS DE PESQUISA SOBRE A VIOLÊNCIA NO BRASIL   |            |
| Bárbara Birk de Mello   |            |
| Luiz Antonio Gloger Maroneze  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.55919050720</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 21</b> .....  | <b>221</b> |
| DESAPRENDENDO O JÁ SABIDO: O “ESTADO NOVO” NO EMBALO DO SAMBA   |            |
| Adalberto Paranhos  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.55919050721</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 22</b> .....  | <b>238</b> |
| CINEMA, CULTURA POPULAR E MEMÓRIA NA VISÃO DO CINEASTA HUMBERTO MAURO   |            |
| Sérgio César Júnior   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.55919050722</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 23</b> .....  | <b>248</b> |
| DAS PÁGINAS DOS JORNAIS PARA AS TELAS: A REPRESENTAÇÃO DO ESQUADRÃO DA MORTE NO CINEMA BRASILEIRO DA DÉCADA DE 1970 |            |
| Renata dos Santos Ferreira  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.55919050723</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 24</b> .....  | <b>259</b> |
| O LUGAR DO MÚSICO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL E REGIONAL   |            |
| Douglas José Gonçalves Costa  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.55919050724</b>   |            |

|  |            |
|--|------------|
| <b>CAPÍTULO 25</b> .....   | <b>269</b> |
| ROTAS DE TEATRO, BRASIL E PORTUGAL: ENCENAÇÕES, ENGAJAMENTO E CRIAÇÃO ARTÍSTICA NOS ANOS 1960 E 1970                           |            |
| Kátia Rodrigues Paranhos   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.55919050725</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 26</b> .....   | <b>281</b> |
| FICCIONALIZANDO REALIDADES: RELAÇÕES POSSÍVEIS ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA EM “THE HANDMAID’S TALE”, DE MARGARET ATWOOD        |            |
| Isabela G. Parucker  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.55919050726</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 27</b> .....   | <b>290</b> |
| ÍNDIOS PANKARÁ: ENTRE A SERRA E O RIO. HISTÓRIA, MEMÓRIA E ALTERIDADE  |            |
| Alberto Reani  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.55919050727</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 28</b> .....   | <b>301</b> |
| NO SÉCULO XVIII, OS INDÍGENAS NA FORMAÇÃO DA CAPITANIA DE MATO GROSSO  |            |
| Gilian Evaristo França Silva   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.55919050728</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 29</b> .....   | <b>316</b> |
| A METODOLOGIA KELLYANA APLICADA À TEMÁTICA INDÍGENA  |            |
| Rosemary Pinheiro Da Paz   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.55919050729</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 30</b> .....   | <b>329</b> |
| UMA VISÃO DOS INDÍGENAS DO SUL DE MINAS NOS RELATOS DE ALGUNS MEMORIALISTAS  |            |
| Gustavo Uchôas Guimarães   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.55919050730</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 31</b> .....   | <b>340</b> |
| INTERCÂMBIO DE IDEIAS: CORRESPONDÊNCIAS ENTRE ARTHUR RAMOS E MELVILLE HERSKOVITS (ACERCA DA CULTURA AFRO-AMERICANA, 1935-1949) |            |
| Heloísa Maria Teixeira   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.55919050731</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 32</b> .....   | <b>352</b> |
| ENSINO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A FORMAÇÃO DO CIDADÃO: O VALOR DA CAPOEIRA  |            |
| Jefferson Pereira da Silva   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.55919050732</b>  |            |

**CAPÍTULO 33 ..... 363**

ESMERALDINAS, CREMILDAS E LOURDES:TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS NO MOVIMENTO QUILOMBOLA NO RIO ANDIRÁ, FRONTEIRA AMAZONAS/PARÁ (2005-2016)

João Marinho da Rocha

Marilene Correa da Silva Freitas

**DOI 10.22533/at.ed.55919050733**

**SOBRE A ORGANIZADORA..... 372**

## O LUGAR DO MÚSICO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL E REGIONAL

**Douglas José Gonçalves Costa**

UFPE

Recife – Pernambuco

**RESUMO:** Este trabalho tem como propósito compreender o lugar do músico na construção da identidade nacional e regional na primeira metade do século XX, entendendo-se a arte em seu teor crítico, como modificadora da percepção e da sensibilidade social. Buscou-se analisar a função social da arte e do artista no pensamento de Mário de Andrade, suas concepções de nação e o projeto de uma escola composicional nacional bem como o pensamento de Gilberto Freyre e seu ufanismo das tradições nordestinas. Entendendo-se as relações de força presentes num contexto da construção da fisionomia cultural e identitária brasileira, depreendem-se as aproximações e distanciamentos das opiniões desses dois intelectuais. Assim, podem-se inferir quais aspectos composicionais o músico deveria estar atento quando compusesse cômico de sua função sobre o nacional e o regional, lidando com o diálogo dos universos populares e eruditos. Portanto, verificaram-se como esses discursos influenciaram gerações de músicos-intelectuais a comporem e se comportarem em seu ofício direta ou indiretamente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Nação; Identidade;

Música.

**ABSTRACT:** This work aims to understand the musician's place in the construction of national and regional identity in the first half of the twentieth century, understanding art in its critical content as a modifier of perception and social sensitivity. It was sought to analyze the social function of art and the artist in the thought of Mário de Andrade, his conceptions of nation and the project of a national compositional school as well as the thought of Gilberto Freyre and his exaggerated pride of the northeastern traditions. Thus, understanding the force relations present in a context of the construction of the Brazilian cultural and identity shapes, one can understand the approximations and distances of the opinions of these two intellectuals. Thus, one can infer what compositional aspects the musician should be aware of when he becomes aware of his role on the national and the regional, dealing with the dialogue of the popular and erudite universes. Therefore, it was verified how these discourses influenced generations of intellectual-musicians, directly or indirectly, to compose and behave in their work

**KEYWORDS:** Nation; Identity; Music.

## 1 | INTRODUÇÃO – A MÚSICA E OS MÚSICOS

Em geral, ao se pensar sobre música somos levados a crer que atividade musical é exercida por pessoas excepcionais, que têm o “dom da música” e que as obras-primas são feitas por gênios incontestáveis, marcados pela sua distância em relação à população comum, são deificados pelos seus pares e depois por toda a sociedade. Essa atitude naturaliza a obra de arte e sub-repticiamente introjeta uma irreflexão sobre o gênio individual e a sua obra. Destarte, pouco se pensa sobre as relações de poder, as pressões sociais e a conjuntura histórica, de uma forma geral, que contribuíram na formação do dito “gênio”. Indivíduo e obra são desgarrados de sua temporalidade e materialidade; quando muito, são inseridos numa história, ou melhor, numa cronologia que se detém em sua maior parte aos processos internos da elaboração musical, faz-se quase uma hagiografia de compositores e obras, uma cronologia tecnicista, linear e apaziguadora dos conflitos entre a arte, artista e sociedade. Portanto, fazendo com que se naturalize a produção e os indivíduos produtores de arte. São, majoritariamente, discutidas as transformações dos cânones estéticos da música ocidental como o fazem alguns livros de referência da história da música, por exemplo, a obra *Uma breve história da música* de Roy Bennet (1986) e ainda *O livro de ouro da história da música*, de Otto Maria Carpeaux (2009).

No anseio de questionar esses paradigmas consolidados da história da arte, é preciso salientar que as decisões desses sujeitos em suas vidas e as suas escolhas estéticas em suas obras, ainda assim ficam com a explicação obscura quando não observados os aspectos sociais que em sua dinâmica prenunciam as consequências e a recepção da obra e dos artistas. (ELIAS, 1995). Portanto, as escolhas estéticas, a adequação ao cânone vigente ou o seu questionamento pelos artistas são explicados superficialmente quando não observadas estruturas sociais, as lutas pelo destaque artístico (de um indivíduo ou escola a que pertence) e a hegemonia do grupo social do qual o artista fala. Afinal, consoante à afirmação de Safatle (2011, p.12-13):

Estabelecendo protocolos construtivos de organização, de unidade, de relação e de síntese, a obra de arte fornece uma imagem de forte teor crítico em relação à ordem que vigora na vida social, assim como a maneira de pensar o espaço, a identidade, o tempo. Quando a obra de arte critica a noção naturalizada de harmonia, quando ela abre espaço para uma multiplicidade de vozes em conflito e sem hierarquia, quando ela deixa entrar o que até então aparecia como irracional e bárbaro, a obra de arte faz necessariamente mais do que simplesmente mudar os padrões de fruição estética.

A arte contribui para a modificação da percepção e da sensibilidade social e revela indícios de como indivíduos e sociedade lidam com o seu próprio tempo, como representam a si, como se inventam pela linguagem artística e como avaliam os indivíduos do passado. Em suma, a arte, mais especificamente a música “é uma espécie de repertório da memória coletiva” (NAPOLITANO, 2007, p.5). Num movimento

ambivalente, além de repertório da memória, a música é um evento inserido em “um conjunto de eventos históricos, mas também como narrativa desses eventos, perpetuada pela memória e pela história” (NAPOLITANO, 2007, p.7).

Sem esquecer de que “a criação de um produto artístico exige que a fantasia pessoal do produtor se subordine a um padrão social de produção artística, consagrado pela tradição e garantido pelo poder de quem consome arte” (ELIAS, 1995, p.49). O músico por mais que seja autônomo e se pense despretenso em seu processo de criação está sujeito a esses fatores anteriormente citados.

O discurso musical pode reforçar discursos de outras áreas do saber e de uma maquinaria imagético-discursiva no qual um compositor pode contribuir para naturalizar a reforçar o saber dessas outras áreas produzindo e inventando a realidade, por exemplo, ao exaltar numa composição que bens materiais trazem necessariamente a felicidade esse discurso reforça e naturaliza o consumismo. É música que ratifica o discurso publicitário, o discurso empresarial. “Asa Branca” é um bom exemplo de música que reforça uma visão do Nordeste associado à seca e que ofusca outras visões de outros Nordeste: o Nordeste da açucarocracia, o Nordeste que venceu o fatalismo, o Nordeste da poesia e literatura, o Nordeste das belezas naturais, dentre outros. Ora coadunando-se com as práticas ligadas a determinada tradição inventada, ora rompendo com ela, o compositor pode conscientemente reforçar estereótipos ou ainda perpassar acriticamente ideais nos quais os seus materiais composicionais estão eivados, por vezes não explicitamente.

Sabendo-se disso, o músico contribui de forma especial na construção da identidade nacional e regional. Veremos que especialmente no século XX, o movimento modernista influenciou o pensamento composicional e atitudinal dos músicos. Fazer música no Brasil foi também fazer política – basta lembrar-se de Villa-Lobos e o seu projeto de canto orfeônico no governo Vargas, considerado “exortação cívica” e que no ano de 1932 fora convidado pelo próprio Anísio Teixeira, para assumir a direção da Superintendência de Educação Musical e Artística (SEMA) – tornando-se cômicos da importância de sua arte para se pensar o que é o Brasil, ou em nosso caso o que é o Nordeste.

## **2 | PENSAR A PROBLEMÁTICA DO NACIONAL**

Em alvares do século XX, os intelectuais brasileiros e artistas calcados no paradigma culturalista se voltaram para o ato de pensar a nação e a região, numa busca incessante de uma delimitação da fisionomia cultural e identitária do povo e da nação. Afinal, os ideais de civilização ocidental e do progresso, legados pelo Iluminismo foram abalados após a Primeira Guerra. Com este desencantamento em relação à Europa e seus valores, fortalecer-se-á a construção de uma consciência nacional. Pautando-se em termos de civilização e cultura, em que os intelectuais seriam os tutores do povo desorientado, tornara-se necessário civilizar o povo, orientá-lo, dizer-lhe o que

é a sua cultura, sua identidade, etc. De certa forma, essa tarefa estava associada ao exorcismo do “sentimento de colonizado”, em que seriam reelaborados os discursos criados pela metrópole e pelas elites tradicionais (VELOSO, MADEIRA, 1999).

Assim, a metáfora da antropofagia criada pelos modernistas seria uma forma de ultrapassar os dilemas das “ideias importadas” e do colonialismo cultural, pois se trataria de reinventar os traços da cultura europeia a guisa dos valores nacionais que estavam sendo inventados, revalorizados e descobertos do/no povo. Um encontro entre o tradicional (o que nos dá fisionomia) e o moderno (que torna o Brasil cosmopolita), em que o passado é enxergado como fonte de conhecimento, de inspiração numa rearticulação com o futuro (VELOSO, MADEIRA, 1999).

Deve-se salientar que o campo intelectual é marcado por jogos de poder e a sua vinculação com o campo político é estreita, ambos os campos são marcados por hierarquias e disputas, por posições de prestígio (VELOSO, MADEIRA, 1999). Como afirma Bourdieu: “para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotados de *habitus* que impliquem no conhecimento e reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputa, etc” (1983, p.90). Com o Estado Novo em 1937, reforçou-se a relação entre os dois campos, uma vez que os intelectuais dispunham de um projeto cultural modernizador para o Brasil e que se coadunava com os interesses do Estado. Com efeito, o discurso hegemônico sobre a identidade nacional e que emoldurou o pensamento brasileiro fora de quem se sobressaiu nesses jogos de poder e nas disputas por posições de prestígio. Nesse sentido, houve uma associação triunfante entre ética, estética e política quando se pensava o nacional.

Indubitavelmente, no que diz respeito ao pensamento sobre o modernismo, o nacional e a função da arte e do artista, Mário de Andrade ocupa posição de destaque. O autor de *Macunaíma* buscava no campo da arte resolver as tensões dicotômicas existentes, como a de popular/erudito, particular/universal. Bem como, superar os regionalismos e construir um todo brasileiro, um povo homogêneo na alma e no corpo. Para se alcançar estes objetivos era essencial que o artista entendesse a sua arte como compromisso social e que o sentido social dessa arte só atingiria a plenitude quando chegasse à esfera pública. Conforme Arnaldo Daraya Contier, o *Ensaio sobre a música brasileira* de Mário representa um marco em seu pensamento:

Historicamente, *n’O Ensaio*, Mário criticava, implicitamente, o “desinteresse” do governo republicano (anos 20) no sentido de apoiar financeiramente projetos voltados para a divulgação da música erudita brasileira. E paralelamente, criticava os intérpretes presos às escutas tradicionais das músicas romântico-clássicas europeias e os seus empresários, que somente visavam à obtenção de lucros financeiros.

Em síntese, *O ensaio ou A nova carta do descobrimento do Brasil* visou, essencialmente, a envolver emotivamente o leitor-artista (compositor, intérprete ou professor) procurando despertar-lhe o gosto pela pesquisa do populário – música e cultura do povo – e induzi-lo, num segundo momento, a escrever, interpretar e divulgar o modernismo nacionalista, cumprindo a função social da arte num momento

de construção de um projeto voltado para a criação de uma Escola Nacionalista de Composição, capaz de consolidar no Brasil um pólo cultural independente dos principais centros culturais da Europa (CONTIER, 2000, p.201).

Alçada ao patamar de nova carta do descobrimento do Brasil, *O Ensaio* é uma obra que conclamava os músicos e todos os envolvidos na atividade musical a divulgarem a música erudita brasileira, de modo que na fase de construção nacional o músico cumprisse a sua função social e o seu dever de tornar o Brasil um pólo irradiador da cultura e não mais um plagiador da cultura estrangeira. Mário desejava que o músico reelaborasse criticamente o material pesquisado no populário, assim como as matizes europeias. A música brasileira tornar-se-ia singular, militante, nacional, funcional.

Nesse âmbito, fazia-se com que o povo vivesse a sua cultura – não mais em seu exotismo no entender de Mário, cultura agora reinventada pela intelectualidade – pois só assim poderá se reconhecer como nação. Até mesmo porque Mário de Andrade via no folclore algo a ser conservado e entendia essa nossa “impureza cultural” um ponto chave para o entendimento do Brasil (BURNETT, 2011). Preservava-se o folclore traduzindo-o para as salas de concerto, para os instrumentos ditos universais.

Para Mário, a nossa identidade já existia. Havia, portanto, um Brasil oculto pela excessiva valorização do que vinha do exterior e, portanto, a afirmação nacional se daria da passagem da imitação do exterior para a criação baseada nesse Brasil oculto. (BURNETT, 2011). É importante salientar que tanto os intelectuais modernistas quanto regionalistas estavam imersos na mesma formação discursiva. Usam de fundamentos semelhantes, embora discordem em alguns pontos. Nesse sentido, esta

Formação discursiva nacional-popular pensava a nação por meio de uma conceituação que a via como homogênea e que buscava a construção de uma identidade, para o Brasil e para os brasileiros, que suprimisse as diferenças, que homogeneizasse estas realidades. Esta conceituação leva, no entanto, a que se revele a fragmentação do país, a que seus regionalismos explodam e tornem-se mais visíveis (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2009, p.61).

O processo de desvelamento de uma identidade já existente, porém oculta, é relativamente comum no pensamento de vários intelectuais do início do século XX. Tanto pensam o papel do intelectual como condutor do povo, tomando assim, uma atitude paternalista e silenciadora da voz do povo, quanto o povo em seu anonimato seria o criador das tradições e o depositário da “verdadeira” identidade – oculta, primitiva, e ainda não deturpada pela mudança, pela modernidade – seja ela nacional ou regional. Aliás, o anonimato era fundamental na legitimação daquela tradição inventada: resgatada das mãos ignóbeis do povo amorfo e cuja voz precisava de mediadores. Afinal, só os intelectuais tinham essa “consciência” para discernir o autêntico do não-autêntico, o falso do verdadeiro, o tradicional do moderno e o europeu do brasileiro, do regional (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009).

### 3 | PENSAR A PROBLEMÁTICA DO REGIONAL

Surgido como uma reação às transformações históricas e às novidades modernas, que nem sempre eram apreciadas pelas elites do Norte da República, o regionalismo calcado no paradigma culturalista – em vez do paradigma naturalista que estava perdendo a sua força e adeptos – constituía-se como uma resistência dos códigos de sociabilidade e sensibilidade mais tradicionais, tendo em vista que a urbanização e a industrialização em vigor carregavam em seu bojo novos códigos de sensibilidade e sociabilidade (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009).

Para o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2009), em meados dos anos 20 um grupo de intelectuais e a elite nordestina constroem uma visão do Nordeste como sinônimo de seca, de espaço rural e do atraso tecnológico. Essa construção visava amparar e preservar as tradições em um mundo solapado pela Primeira Guerra e buscando as ditas raízes do nordestino em seu exotismo, em sua peculiaridade, em seu “atraso”. Constituía-se a identidade nordestina em contraponto ao Sul desenvolvido e “aculturado” pelos valores europeus, enquanto que o Nordeste seria o reduto legítimo das verdadeiras tradições brasileiras. Observa-se que o importante na formação discursiva são a hegemonia e generalização de uma região e seus costumes perante as demais; isto é, quem tem o poder de dizer que parte do Brasil é mais brasileira que a outra, já que a construção da identidade nacional não é um processo neutro e significa necessariamente a hegemonia de um espaço sobre outro de um discurso sobre outro. Portanto, o discurso regionalista institui a visão sobre a região e uma visão regional sobre o nacional com pretensões de colonizá-lo, tomá-lo, resolver suas contradições e dizer finalmente o que é a nação.

Em 1926, no Congresso Regionalista, Freyre traz a público um programa regionalista em que expõe uma série de denúncias contra a deturpação da cultura local em favor dos costumes do Sul e do exterior. O discurso regionalista preocupado em “resgatar e preservar as tradições nordestinas”, longe de ser separatista, na visão de Freyre, era complementar ao nacionalismo, na medida em que o progresso nacional seria advindo das diversidades e criatividades regionais. A despeito da preservação das tradições, o regionalismo não teria a “superstição do passado”, embora valorizasse as velhas coisas elas deveriam ser continuadas e modernizadas pelo presente, numa mistura entre ruptura e tradição. Esta é uma clara posição contrária ao progresso que só olha para frente, ao progresso que não pede licença ao passado antes de se instaurar e se firmar. Ora, porque era necessário, simbolicamente, desviar o olhar de volta para o rio da tradição, beijar os pés dos senhores de engenho, pedir-lhes suas bênçãos para caminhar em direção ao futuro. Pois, detendo-se completamente na construção do futuro, incerto e nebuloso; como se poderia criar uma sociedade magnânima, portentosa? Era melhor crer numa sociedade catapultada pelo passado para se atingir a certeza orgulhosa de passado, do que criar e moldar uma sociedade a partir do barro amorfo, isto é, do “zero”.

Freyre (1996) declara que valores tipicamente nacionais são em grande medida valores arraigadamente nordestinos, deixando claro a sua posição em defesa da região Nordeste, portanto, “como se explicaria, então, que nós, filhos de região tão criadora, é que fôssemos agora abandonar as fontes ou as raízes de valores e tradições de que o Brasil inteiro se orgulha ou de que se vem beneficiando como de valores basicamente nacionais?” Ou seja, fugir dos valores regionais era uma atitude inexplicável, uma traição a si como indivíduo e como coletividade nordestinos. À custa do Nordeste estava o Brasil como um todo se beneficiando enquanto se esquecia de onde viriam tais valores.

Em realidade era unicamente no Nordeste que Freyre enxergava a maior parcela de autenticidade da cultura brasileira e por essa razão não deveria o Nordeste inferiorizar-se ou menosprezar-se em seus valores tradicionais, pois “o Nordeste tem o direito de considerar-se uma região que já grandemente contribuiu para dar a cultura ou à civilização brasileira autenticidade e originalidade e não apenas a doçura ou tempero”. (FREYRE, 1996).

Assim pensavam dois dos intelectuais de maior prestígio no primeiro quartel do século XX separados geograficamente e pelos seus respectivos locais de fala sociais e em que seus discursos só adquirem sentido e propulsão de acordo com o contexto e o espaço de onde são proferidos. Note-se que até aqui, num âmbito geral, o que estava em jogo era uma verdadeira luta de representações, estas são “classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social, como categorias de percepção e de apreciação do real” segundo a organização, os interesses e o poder do grupo que as elucubra (CHARTIER, 1988, p.17). As representações nunca são neutras, mas imbuídas de estratégias que visam impor uma autoridade, uma legitimação de escolhas. Conforme afirmou Chartier, “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” (1988, p.17). Nesse sentido, o prêmio desses embates seria consagrar o discurso de legitimidade sobre o pensamento da identidade nacional, ora do eixo Sul cosmopolita e antropofágico, ora o pensar da nação a partir do Nordeste, regionalista, tradicional e particularista.

Especificamente sobre o músico, percebe-se que “mestres de música são alguns dos cantadores e modinha e dos tocadores de violão deste velho trecho do Brasil” (FREYRE, 1996). Enquanto que Mário de Andrade almejava suprimir a dicotomia popular/erudito através da reelaboração dos temas musicais populares pelos compositores eruditos, pois a música que não sofresse essa reinvenção estava condenada ao exotismo e ao particularismo e jamais atingiria o universal. Gilberto Freyre do lado contrário, manifesta sua admiração inquestionável da maestria dos músicos populares, donos de um saber diverso do acadêmico, entretanto permeados por outra racionalidade, de acordo com o intelectual pernambucano. Já próximo ao final do manifesto regionalista, Freyre é enfático ao outorgar um estatuto de igualdade

e ao mesmo tempo de particularidade entre o erudito e o popular quando afirma: “De modo que, no Nordeste, quem se aproxima do povo desce a raízes e a fontes de vida, de cultura e de arte regionais. Quem se chega ao povo está entre mestres e se torna aprendiz, por mais bacharel em artes que seja ou por mais doutor em medicina”. (FREYRE, 1996).

Portanto, por mais cultura acadêmica que o indivíduo tivesse, – leia-se o músico nesse caso – quando em contato com o povo e as suas tradições sempre seria aprendiz e a preservação desses universos distintos – popular e erudito – seria benéfico para ambos. Havia, portanto, um consenso entre regionalistas e modernistas quanto à valorização das manifestações populares como fonte para a criação artístico-musical. Entretanto, para os modernistas o popular era matéria-prima para o moderno, para o universal. Já os regionalistas pensavam a ideia do popular mesclando-se com o tradicional e antimoderno. Percebe-se que os regionalistas conservam e protegem o popular em nome de sua “originalidade” e “naturalidade”. E, deste modo,

Como música é intensidade, é diferença, requer preferências, submetê-la a uma identidade, produzir a semelhança, requer submeter a música a uma rede de comentários, desde comentários críticos das revistas especializadas em música, as revistas voltadas para fazer a cobertura do rádio, que eram, em grande número, nesse momento, comentários do próprio artista, através de suas entrevistas, bem como de todas as atitudes e hábitos que passam a compor a sua identidade de artista. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2009, p.177).

Havia, então, todo um aparato de poder para a modelagem e institucionalização desse saber musical e de seus enunciados suporte, em nome de uma pretensa identidade, em nome do apagamento da diferença e da disciplinarização de corpos e ouvidos pelo rádio e revistas que mostravam um modelo de comportamento, de estética e ética a serem seguidos. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009)

Tendo em vista as considerações feitas, podemos inferir e cotejar a função social do músico e do intelectual entre Gilberto Freyre e Mário de Andrade. Para ambos o intelectual seria o porta-voz do povo e da identidade nacional, ora reelaborando os elementos populares, ora preservando-os tal qual a tradição popular nos legou. Portanto, ambos creem no papel do intelectual em sua função pública e social a cumprir e nesse sentido entendem a participação do músico-intelectual como participantes ativos na construção e invenção da tradição, a partir do momento em que selecionam que aspectos da tradição se perpetuarão num processo de fazer falar e silenciar constante em suas produções artísticas. Se Mário de Andrade é claro quanto à função social do músico *n’O ensaio*, esse papel só pode ser deduzido em Freyre, percebendo-se assim que o músico popular tem o seu valor e é tão douto quanto o músico acadêmico, apenas detentores de saberes de universos distintos, cada qual tem sua voz para locais apropriados, embora na concepção de Freyre estes saberes populares estejam se dirimindo. Logo, o lugar do músico na construção da identidade regional seria de preservação dos valores nordestinos tais quais eles o são, isto é,

torná-los estáticos no tempo, negando o caráter dinâmico da cultura. Isso se deve em grande parte a própria concepção de cultura da época e na visão destes intelectuais crerem que o popular é o “verdadeiro” posto que estático e em sua lógica inerente sofresse pouca influência. Ora de outro popular, – o desconsiderado pelos intelectuais – ora do erudito, do estrangeiro, do próprio intelectual. O popular é, portanto um átomo neutro, indivisível e único, um átomo exuberante da beleza do morto, jamais plural, conjugado e instável.

Essa defesa da “tradição” – percebida como uma estratégia que institui uma visão sobre a região nas lutas de representação com a finalidade de impor uma concepção de mundo para a hegemonia de um discurso – acaba por reinventá-la para novos fins, onde o intelectual e o músico-intelectual têm papel decisivo, já que nessa perspectiva aqui abordada, são eles que escolhem o que é o autêntico, o que deve ser aproveitado ou descartado. É o intelectual quem media os grupos populares e as autoridades públicas, atestando a originalidade da cultura brasileira, ora em relação à Europa, ora a originalidade da cultura nordestina em relação ao Sul e Sudeste. O intelectual inventa e controla o “povo” e o povo despossuído de sua fala – porque o intelectual fala por ele e para outros intelectuais – necessita de outras estratégias para que se faça ouvir o seu grito silencioso.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se a obra de arte tem o poder de criticar a ordem vigente na vida social e contribuir para a modificação da percepção e da sensibilidade sociais, se ela está intimamente ligada à identidade de um povo, revelando indícios de como indivíduo e sociedade se articulam e lidam com o seu próprio tempo e como leem e interpretam o passado. Então, o estudo sobre o lugar da música e dos músicos na construção das identidades pode fornecer pistas que indiquem o alcance do discurso e ideias desses intelectuais nas gerações de compositores que absorveram esses princípios em suas composições. Fazendo-nos pensar em como essas questões foram trabalhadas no discurso musical, na partitura, nos modos de agir e sentir, seja dos músicos eruditos, seja dos populares. Pois, sob a personalidade do artista esconde-se a sociedade inteira, é o artista um catalisador dos processos estéticos e ideológicos na medida em que filtra e recria esses processos na lógica de suas criações. O artista deixa de ser um sujeito privado e converte-se em um sujeito social, um representante da sociedade e dos sujeitos privados, responsável pela crítica e visibilidade de ambos.

A música servidora da causa regional, utilizada como aglutinadora do povo na região torna-se um fenômeno histórico-estético em que a observação dos embates entre aquilo que o intelectual (relativamente distante do povo) diz o que é o povo e aquilo que o próprio povo diz e pensa ser (sob a ótica do músico popular) é fundamental. Assim percebendo-se as lutas de representação no campo intelectual (modernistas e regionalistas) e no âmbito interno da região, entre os próprios intelectuais regionalistas,

as elites (sob a perspectiva do músico erudito) e o povo (sob a perspectiva do músico popular). Destarte, se o intelectual fala pelo povo, o músico popular pode encontrar subterfúgios, táticas para falar em meio ao silêncio. Encontrar as fissuras no discurso regionalista, e, à revelia do discurso hegemônico poder falar de um lugar social diverso do lugar do intelectual, por conseguinte ver em que medida as nossas identidades são inventadas pela linguagem musical, pelo discurso artístico como categorias que se coadunam ao discurso intelectual ou rompem com ele, ora invertendo-o, ora implodindo-o por abandonar a sua lógica, complicando-o e atacando-o; negando sua formação discursiva e singularmente questionando as lentes com que se veem.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. 4ªed.rev. São Paulo: Cortez, 2009.
- BENNET, Roy. **Uma breve história da música**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades do campo. In: \_\_\_\_\_. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, p.89-94, 1983.
- BURNETT, Henry. **Nietzsche, Adorno e um pouquinho de Brasil**. São Paulo: editora Unifesp, 2011.
- CARPEAUX, Otto Maria. **O Livro de Ouro da História da Música**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1988.
- CONTIER, Arnaldo Daraya. **Mário de Andrade e o (Re)Descobrimento do Brasil**. Projeto História (PUCSP), São Paulo, p. 195-220, Abr. 2000.
- ELIAS, Norbert. **Mozart, Sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- FREYRE, Gilberto. **Manifesto regionalista**. 7.ed. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996. p.47-75.
- NAPOLITANO, Marcos. **A síncope das Ideias: a questão da tradição na música popular brasileira**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.
- SAFATLE, Vladimir. Pensar o popular. In: \_\_\_\_\_. **Nietzsche, Adorno e um pouquinho de Brasil**. São Paulo: editora Unifesp, 2011. p.11-15.
- VELOSO, Mariza; MADEIRA, Angélica. **Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura**; São Paulo: Paz e Terra, 1999.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**Denise Pereira:** Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-455-9

